

## Sumário

Apresentação .....	7
<b>Capítulo I – O princípio acusatório e o processo acusatório: uma tentativa de compreensão de seu significado atual, a partir uma perspectiva histórica – Kai Ambos .....</b>	<b>9</b>
1. A antiguidade: processo penal na Grécia e em Roma .....	10
2. A Idade média: direito germânico e direito canônico .....	14
3. A Baixa Idade Média e o período inicial da idade moderna: estatização da justiça penal e a verdade material .....	19
4. O caminho percorrido até se chegar a um processo penal reformado .....	29
4.1. Evolução histórica .....	29
4.2. A distinção dogmática entre o princípio acusatório e o princípio da averiguação .....	34
5. Princípio acusatório e processo acusatório vistos sob uma perspectiva atual .....	38
<b>Capítulo II – O processo acusatório, a denominada verdade real e a busca da prova no processo penal – Marcellus Polastri Lima .....</b>	<b>43</b>
1. Processo acusatório e prova .....	43
2. O mito da verdade real .....	56
3. O chamado processual acusatório brasileiro e como deve ser a busca da prova em um processo acusatório .....	63
<b>Capítulo III – As vedações de utilização das provas no processo penal alemão – Kai Ambos .....</b>	<b>81</b>
1. Introdução: fundo teórico e histórico .....	81
2. Definição terminológica e sistemática .....	85
3. Proibições expressas (escritas) na lei sobre utilização de provas, com especial referência ao § 136, a, III .....	88
3.1. O § 136, a, do Código de Processo Penal alemão .....	89

3.2. Monitoramento e vigilância das telecomunicações e gravações secretas .....	96
3.3. Outras proibições expressas de utilização de provas .....	99
4. Proibições não-escritas, ou não-expressas em lei, de utilização de provas ....	102
4.1. À guisa de introdução .....	102
4.2. Exemplos de proibições de utilização de provas dependentes ou derivadas .....	109
4.2.1. Falta de informação ou de instrução ao imputado .....	109
4.2.2. Instrução deficiente de testemunhas que tenham o direito de se negar a prestar declarações ou de dar certas informações (§§ 52-55) .....	112
4.2.3. Execução ilícita de medidas coercitivas .....	115
4.2.3.1. Infração contra a proibição de entrega de bens (§ 97, I) .....	115
4.2.3.2. Prática ilícita de exames corporais (§ 81, a) .....	115
4.2.3.3. Vigilância ilícita de telecomunicações (§ 100 a, b, g, h) .....	116
4.2.3.4. Registro ilícito de domicílio (§§ 102 e ss.) .....	117
4.2.3.5. Investigações secretas .....	118
4.3. Exemplos de proibições probatórias autônomas .....	120
5. Efeito reflexo ou extensivo? .....	123

<b>Capítulo IV – As provas vedadas no processo penal brasileiro – vedação de produção e eventual possibilidade de sua utilização –</b> <b><i>Marcellus Polastri Lima</i></b> .....	127
1. A prova vedada no Brasil .....	127
2. Proibição de produção de provas e de utilização de provas .....	133
3. Possibilidade de utilização da prova ilegítima. Algumas hipóteses específicas .....	148
4. Possibilidade de utilização da prova ilícita. Algumas hipóteses específicas ..	160
4.1. Tortura e direito ao silêncio .....	160
4.2. A questão da produção e utilização da prova obtida através de agente provocador .....	166
4.3. A captação de conversas e a interceptação telefônica .....	168
4.4. A não-auto-incriminação .....	178
5. Vedações não-escritas de utilização de provas. A proporcionalidade .....	185
6. O efeito extensivo .....	188